



GT 22. Cartografia Social, Megaempreendimentos, Conflitos Sociais e Povos e Comunidades Tradicionais

Coordenador(es):

Alfredo Wagner Berno de Almeida (UEA - Universidade do Estado do Amazonas)

Patrícia Maria Portela Nunes (UEMA - Universidade Estadual do Maranhão)

O objetivo do G.T consiste em analisar a relação entre a implantação de megaprojetos de mineração, infraestrutura e logística e seus efeitos socioambientais a partir do mapeamento das estratégias globalizadas de desenvolvimento executadas na Amazônia e no Cerrado, com base na representação dos próprios povos e comunidades atingidos. Um elemento comum dos projetos que investem na mineração refere-se à concentração fundiária sob o domínio de grupos de interesse vinculados aos agronegócios e à extração mineral e de gás e petróleo. Os efeitos mais pertinentes concernem ao modo como o aquecimento do mercado de terras e a respectiva tendência ascensional dos atos de compra e venda, juntamente com o aumento da grilagem, tem inviabilizado a reprodução física e cultural destes povos e comunidades, desestruturando radicalmente a vida social e as modalidades de uso comum dos recursos básicos. Em termos jurídicos tem-se a usurpação das terras tradicionalmente ocupadas e por extensão das chamadas “terras comunitárias”. Tal fato pode ser observado tanto na Amazônia, quanto no Cerrado e em outras regiões do País, com a destinação de grandes extensões de terras para a monocultura (soja, algodão, eucalipto, cana-de-açúcar), pecuária extensiva, extração mineral e obras de infraestrutura ou de escoamento da produção (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, oleodutos, gasodutos, hidrelétricas e parques eólicos).

A Sombra do Garimpo no Rio Pauini: Indígenas e Ribeirinhos entre Conflitos e Diálogos

Autoria: Claudina Azevedo Maximiano (IFAM - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas), Chris Lopes da Silva Evangelista da Silva de Araújo Apurinã

A proposta deste artigo se estrutura a partir das entrevistas e vivências de campo de pesquisa na região sul do estado do Amazonas, município de Pauini, publicada no livro Mineração e garimpo em terras tradicionalmente ocupadas: conflitos sociais e mobilizações étnicas. A presença de dragas e flutuantes próximos à comunidade Santa Helena, no rio Pauini, preocupa os povos indígenas e comunidades tradicionais que vivem naquela região. A área que se localiza está em processo de reivindicação por comunidades ribeirinhas e também pelos Apurinã da Terra Indígena Kapyra/Kanakury. Além disso, desde 2018, o governo do estado do Amazonas discute a criação de uma Reserva Biológica (REBIO) na região. Diante das ameaças existentes como a grilagem de terras, pesca, exploração de madeira e o garimpo ilegais, surgem lideranças e gestores públicos engajados na construção de diálogos capazes de solucionar os conflitos e construir um território para o bem viver. O objetivo deste artigo é apresentar a atividade mineradora, assim como a posição das lideranças que estão acompanhando a referida atividade, as ações e os conflitos que estão sendo vivenciadas por esses agentes sociais, assim como o relato etnográfico vivenciado por uma liderança indígena que também é autor deste texto. A metodologia utilizada foi de entrevista realizada em 2019.

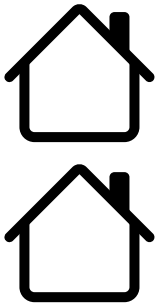
[Trabalho completo](#)



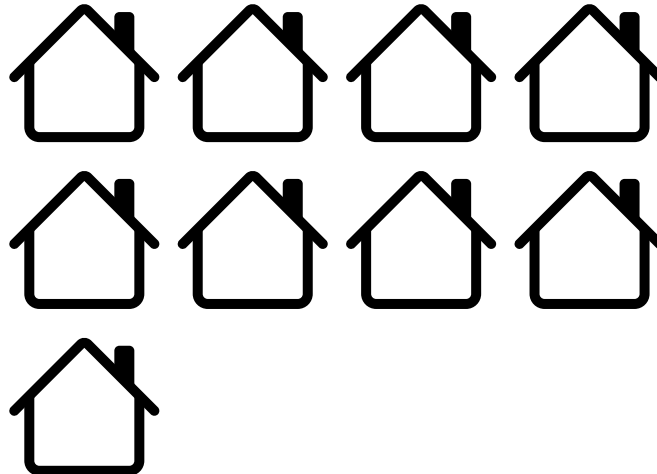
Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: